RELATÓRIO

Imagem: Equipe do DATER/SAF/MDA. Fonte: Acervo ERA

3° ENCONTRO NACIONAL SOBRE FORMAÇÃO DE EXTENSIONISTAS E AGENTES DE ATER

Imagem: Equipe do Projeto Baraúnas UFRPE, Projeto ERA/UnB e Rede Ater NE. Fonte: Acervo ERA

BRASÍLIA,
2025

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Relatoria do 3° Encontro Nacional sobre Formação de Extensionistas e Agentes de Ater

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

Ministro Luiz Paulo Teixeira

Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia (SAF)

Secrertário Vanderley Ziger

Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater)

Diretor Marenilson Batista da Silva

Coordenadora-Geral de Formação, Construção do Conhecimento e Fomento à ATER

Coordenadora Regilane Fernandes

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf

Secretário-Executivo Samuel de Albuquerque Carvalho

Comissão Organizadora

GT Formação Comitê Permanente de Ater do Condraf

- Rede Ater Nordeste de Agroecologia
- Cenater
- Irpaa
- Asbraer/Emater-RN
- CGAN-Ministério da Saúde
- Faser
- Anater
- Dater-SAF-MDA
- UnB (convidada)

Público: Representações de organizações parceiras do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): Anater, Asbraer, Faser, Embrapa, Finep, Universidades, Institutos Federias, Movimentos Sociais, Ministérios e outros órgãos federias, Comitê Permanente de Ater do Condraf e as Superintendências Estaduais do MDA.

Relatoria: Projeto ERA – Extensão Rural e Agroecologia/UnB**:** César Adriano de Souza Barbosa, Jéssica Rodrigues Pereira, Nina Paula Laranjeira, Thábata Bezerra.

Brasília - 2025

APRESENTAÇÃO

O 3° Encontro Nacional sobre Formação de Extensionistas e Agentes de ATER ocorreu nos dias 14, 15 e 16 de maio de 2025, em Brasília, no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos (CDRH) da Conab, em formato híbrido.

Reuniu presencialmente representação das organizações parceiras do MDA no tema (Anater, Asbraer, Faser, Embrapa, Finep, Universidades/Institutos Federais), representação dos movimentos sociais, bem como outros Ministérios e órgãos federais; e, virtualmente, participaram membros do CP-Ater do Condraf, das Superintendências Federais do MDA e equipes dos Projetos.

O 3° Encontro teve como objetivos:

1. Promover o intercâmbio de saberes e práticas, fortalecendo a articulação do conjunto de ações em curso na parceria com MDA.
2. Apresentar e debater documento inicial para discussão do Marco de Referência em formação para Extensão Rural, elaborado conjuntamente entre MDA e UnB, no âmbito do Projeto ERA – Extensão Rural e Agroecologia.
3. Avançar nas estratégias de monitoramento dos resultados na Formação de Extensionistas e Agentes de ATER.

1º DIA – 14 de maio de 2025.

Abertura do encontro e acolhimento com o canto dos povos indígenas Yanomami das etnias Ye'kwana e Sanöma.

Mesa de Abertura

Coordenação: Marenilson Batista – Diretor do Dater/SAF/MDA.

Vânia Marques – Presidente da Contag

Defendeu a valorização dos extensionistas, o fortalecimento dos processos de formação e investimentos contínuos para garantir Ater continuada. Destacou que este é um momento de afirmar que é possível realizar a transição

agroecológica, sendo que os profissionais da extensão rural são essenciais nesse processo. Ressaltou, ainda, a importância de compreender que este é um momento de se trabalhar produção resiliente às mudanças climáticas.

Aparecido Souza – Presidente da Unicafes

Enfatizou que a Unicafes tem centrado seus esforços no fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar e da economia solidária. Enfatizou a relevância do tema da Ater e da formação, tanto para os extensionistas quanto para comunidades, agricultores familiares e cooperativas. Reforçou que Ater é um tema central, e que não pode ser tratado de forma isolada.

Marines Bock – Coordenação Nacional da Faser

Reforçou que a formação deve estar alinhada à Pnater. Defendeu que as entidades que compõem o Condraf sejam devidamente ouvidas em suas demandas. Enfatizou, também, a importância de que os extensionistas tenham acesso a formações presenciais nos estados, além de garantir que os recursos cheguem de forma direta para a prática e execução da Ater, especialmente via entidades prestadoras desse serviço.

Mariana Martins – Secretária Executiva da Rede Asbraer

Destaca a importância de desenvolver um trabalho focado na educação e na formação dos agentes de Ater, garantindo que esse processo seja contínuo. Destacou que o marco de referência para a formação em extensão rural é relevante, importante para assegurar segurança jurídica, evitando cortes e interrupções na formação dos extensionistas. Ressaltou as parcerias estabelecidas por meio do projeto ERA, que tem se configurado como uma importante estratégia de formação continuada.

Evandro Holanda – Gerente Geral de Inovação da Embrapa Sede

Destacou como exemplo a experiência da Rede Ater Leite, que já atendeu mais de 20 mil agricultores, fruto da parceria entre MDA, Embrapa, Asbraer e outros parceiros. Ressaltou a importância da cocriação de soluções, reafirmando o fortalecimento das redes nos territórios, considerando-as como referência de inovação capazes de transformar a realidade local. Salientou que o grande desafio reside no fortalecimento de capacidades destas redes e territórios, para

que consigam acessar os diversos instrumentos de inovação disponíveis no país — que vão muito além do crédito.

Humberto Oliveira – Representante do IICA

Destacou a necessidade de avançar na construção de uma Ater que seja pública, mas também executada por organizações não governamentais e cooperativas, que têm acumulado boas experiências no país, tanto no campo das tecnologias como na extensão rural e na integração do trabalho social com Ater.

Camilo Capiberibe – Diretor da Anater

Informou que, em 2024, a Anater realizou 27 cursos, formando 1.208 agentes de Ater, e, em 2025, foram realizados 12 cursos, formando 450 agentes. Reforçou, contudo, que esse volume ainda é insuficiente. Enfatizou que a luta pelo Suater continua visando garantir segurança e estabilidade para as ações de Ater.

Edmilton Cerqueira – Secretário da Seteq/MDA

Destacou que a pauta dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais permeia todas as ações do MDA. Ressaltou que, ao tratar de programas como o PAA, PNAE, as feiras e o crédito, a Ater está sempre presente.

Ana Terra – Secretária da Seab/MDA

Destacou a necessidade de olhar para o imenso potencial existente na construção de resistência e resiliência das cooperativas, associações e demais organizações da agricultura familiar.

Fernanda Machiavelli – Secretária Executiva do MDA

Afirmou que o encontro é um espaço de escuta e construção coletiva, com o objetivo de fortalecer a Pnater. Destacou o papel dos extensionistas na transformação dos sistemas alimentares e na viabilização da transição agroecológica.

Destacou o Profor-Ext, projeto que tem se destacado pela sua capacidade de reunir agentes locais, professores e extensionistas rurais em um processo coletivo de construção de conhecimento. Citou também os projetos Baraúna e Jandaíras, que se consolidaram como iniciativas de formação de

extensionistas. Considerou fundamental aprender com essas experiências, registrar seus aprendizados no marco de referência e garantir sua multiplicação.

Reconheceu os desafios orçamentários enfrentados, propondo um pacto interfederativo materializado no Suater. Mencionou também a perspectiva de construir uma rede panamericana de Ater na COP 30 e apresentou editais e programas em andamento, como Terra e Mesa, NEA, Pronara e novas chamadas da Anater, que consolidam o compromisso do governo com a reconstrução e ampliação das políticas públicas para a agricultura familiar.

Mesa: Experiências Nacionais/Regionais na Formação de Extensionistas e Agentes de Ater

Coordenação: Ernesto Galindo – Diretor do Damei/SE/MDA

Formação EAD com Ater +Digital e Plataforma E-campo – Embrapa

Apresentação: Aline Branquinho - Supervisora de transferência de tecnologias em ambientes digitais vinculada à Gerência de Inclusão Socioprodutiva e Digital da Diretoria de Inovação, Negócio e Transferência de Tecnologia da Embrapa.

Missão da Embrapa - Viabilizar soluções de pesquisa, de desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, para benefício da sociedade brasileira e para trazer soluções sustentáveis.

Visão da Embrapa - Querem ser protagonistas e parceira essencial na geração e no uso do conhecimento, para o desenvolvimento e sustentação da agricultura brasileira até 2030.

Sobre a Plataforma E-campo

Explicou que é uma plataforma de capacitações *online* da Embrapa com 172 capacitações disponíveis, e que desde seu lançamento em 2018 já acumularam 1.375.551 inscrições. Os cursos são auto-instrucionais, isto é, não possuem tutoria. Comparando com a literatura, onde a taxa de concluintes é

em média 10, 15, 20% para este tipo de curso, a taxa do E-campo está entre 35 e 40%.

Em 2024, contou em 61.204 concluintes, deste público apenas 12% é de Assistência Técnica e Extensão Rural. Atualmente 85% das capacitações são gratuitas. Já atenderam público em quase 95% do território brasileiro, são 5.250 municípios atendidos, e 130 outros países: principalmente no Paraguai, Moçambique, Portugal, Colômbia e Angola.

Adotam metodologia que olha para a necessidade, é um modelo muito utilizado para a educação a distância, que é o modelo ADDIE, que nada mais é do que um passo-a-passo.

Possuem toda uma etapa de planejamento, de desenho instrucional para a capacitação, para pensar na metodologia. Utilizam audiovisual e toda a capacitação é modular, também tem uma avaliação de aprendizagem. Todo curso da Embrapa tem a avaliação de aprendizagem, sendo bem-sucedido recebe certificado.

Sobre a Ater +Digital:

Como todo curso da Embrapa tem avaliação de satisfação, e conta com várias parceiras, sendo o MDA um dos grandes parceiros a viabilizar várias capacitações.

A Ater +Digital é uma plataforma interinstitucional e foi lançada em abril 2024, onde existem conteúdos por cadeias produtivas ou temas transversais e ferramentas para extensionistas e agricultores.

O propósito da Ater +Digital é fornecer informações atualizadas e confiáveis para apoiar de forma *on line* a implementação de serviços de Ater facilitando ações remotas e presenciais. Possuem 17 HUB lançados, com 172 capacitações.

Projeto Baraúnas dos Sertões: Ater Agroecológica e Feminista no Semiárido Brasileiro – UFRPE

Apresentação: Laetícia Jalil - Professora na Universidade Federal Rural do Pernambuco, integra a coordenação da Rede Feminismo e Agroecologia do

Nordeste e o GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia.

Relatou que o projeto vem mostrando a necessidade de uma Ater específica para o semiárido, não como uma novidade, mas com reconhecimento de uma trajetória, como território de construção desse saber e é resultado da parceria entre sociedade civil e a universidade. O projeto trata de um processo de formação, que é tanto um curso de especialização quanto um curso de extensão, que tem uma matriz comum envolvendo distintos atores de Ater: técnicos, agricultores, agricultoras, juventudes.

Que o projeto envolve 22 organizações de 5 movimentos sociais, 4 redes e 4 instituições de ensino. O papel das instituições de ensino é ser instrumento de potencialização deste processo. O curso é uma das ações que compõe o projeto.

Dentre as áreas principais nesse processo de formação estão: agronomia, engenharia florestal, engenharia de pesca, medicina veterinária, zootecnia, ciências sociais, pedagogia, jornalismo e a administração. Essa formação tem fortalecido lideranças que têm um papel importante, não somente durante a sua execução, fortalecendo ações ao nível das comunidades, dos municípios, territorialmente, mas também no espaço da gestão municipal, e majoritariamente são mulheres que fazem essa formação.

Participam desse processo de formação Redes com mais de 50 anos de experiência, e que estão atuando no campo agroecológico, na construção de uma assessoria técnica e do pensar processos de formação continuada em Ater. Traz uma perspectiva de Ater questionadora para as mulheres e com as mulheres.

Segundo a professora, a inovação está no “mergulho” nas experiências dos territórios, que estão trabalhando e executando políticas de Ater a partir dos editais que foram aprovados nas Chamadas Públicas. Estas experiências fornecem subsídios para reflexão sobre as práticas das organizações prestadoras de Ater. Outra inovação metodológica do curso é que parte das horas das Atividades Curriculares Complementares vão ser atestadas pelas organizações parceiras, apoiando diversas atividades nos territórios. Já apoiou

ações de 18 organizações, nos territórios, envolvendo indiretamente, 17.000 mulheres.

Um dos princípios fundantes é o diálogo de saberes e um outro é o reconhecimento de que todos os atores são formadores e também sujeitos na Ater e não somente público beneficiário.

A formação possui um tronco comum tanto para especialização quanto pra extensão e o que diferencia as duas, é o produto final, que não precisa ser individual, pode ser um produto coletivo, um TCC, um artigo científico, ou mesmo sistematização do projeto ou um vídeo.

Alguns dos temas abordados foram: Ater agroecológica, autonomia econômica, saúde, agroecologia, arte, cultura, feminismos, justiça climática, soberania alimentar, antirracismo, convivência com o semiárido.

Antônio (Tonico) – OSC Patac (PB) e integra a Rede Ater Nordeste de Agroecologia

“As ONGs precisam estar presentes para darmos as mãos na construção desse referencial”.

A Patac possui 54 anos de resistência com uma abordagem metodológica de Ater, conhecida como método Lume tem formado equipes com mais de uma centena de organizações principalmente a ASA Brasil, em parceria com as universidades. As ONG têm uma experiência histórica e relata que sentiu a falta das ONG, no documento apresentado, nos espaços de formação de formadores de Ater.

Profor-EXT - Formação em ATER em Áreas de Assentamento (UFG)

Apresentação: Graciela Corcioli - Professora na Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e coordenadora geral do projeto.

O Profor-EXT é coordenado pela Escola de Agronomia (UFG), junto a outras 15 Instituições de Ensino Superior (IES). É um programa de formação em Ater para assentamentos de reforma agrária, com contribuições para a agenda

2030. Estas IES estão presentes em 11 estados e são universidades estaduais e institutos e universidades federais.

O recurso é proveniente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), repassado via TED (Termo de Execução Descentralizado) para Universidade Federal de Goiás.

Cada projeto possui um coordenador regional, 2 a 6 supervisores, um profissional recém-formado, 4 estagiários, que são estudantes de graduação, e 10 Agentes Locais de Formação (ALF). Ao todo são 16 instituições de ensino superior com 52 docentes, 68 estagiários, 17 recém-formados e 170 agentes locais de formação (ALF), atendendo cerca de 6.900 famílias em 97 assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas e indígenas, em 11 unidades da federação. Além desta equipe o projeto conta ainda com aproximadamente 104 docentes e mais de 1.200 discentes voluntários.

A grande novidade é o(a) Agente Local de Formação é um(a) jovem que precisa morar na comunidade atendida. Há jovens entre 15 e 29 anos de idade e não precisam ter nenhuma formação, mas precisam ter uma característica muito importante para a comunidade, que é o papel de liderança.

Já foram realizadas mais de 400 formações, implantação de 15 unidades demonstrativas, elaboração de materiais educativos, elaboração 235 projetos de crédito e instalação, e o maior desafio é criar uma linguagem que seja compreensível por todo este público.

Como resultados qualitativos o destaque é para a permanência dos jovens no campo e o retorno ao ambiente escolar. Muitos ALF estão cursando graduação nas universidades e o projeto vem gerando também oportunidade de trabalho para os egressos do Pronera.

A Formação por Bioma do Programa Ater Bolsa Verde – MMA/ICMBio

Apresentação: Marcus Vinicius Mendonça - Coordenação de Promoção das Economias da Sociobiodiversidade – Coecos/CGPT/Disat (ICMBio)

Observou que o saber local precisa ser considerado como um saber válido, sobretudo nas propostas de desenvolvimento local, e que a assistência técnica

é fundamental nesse processo, apoiando o desenvolvimento junto com a conservação ambiental.

As reservas extrativistas são modalidades de Unidades de Conservação (UC) criadas a partir de uma demanda das populações tradicionais, que se auto-reconhecem pela relação que possuem com o ambiente. São 28 modalidades de populações tradicionais, a partir da relação com o meio e com os produtos que elas manuseiam por meio do agroextrativismo. Estas UC são áreas de domínio público e possuem um Plano de Manejo, que é o instrumento que diz o que pode e o que não pode ser feito nesta unidade de conservação. As UC são gerenciadas de forma compartilhada pelo ICMBio e as comunidades, a partir de um Conselho Deliberativo. Recebem concessão de direito real de uso dos territórios de forma coletiva, o que configura um diferencial nos territórios: o uso coletivo do recurso natural.

Atividades previstas no edital do Programa Bolsa Verde: elaboração de projetos de estruturação das famílias e comunitária; elaboração de projetos de adequação e recuperação ambiental; acompanhamento e orientação técnica; avaliação intermediária; atividades coletivas; cursos; sistematização de experiências; dias de campo; intercâmbios; rodas de conversa; seminários; reuniões, monitoramento e avaliação final.

Este projeto é financiado via TED (Termo de Execução Descentralizado) firmado entre o ICMBio e o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA), por meio de Chamada Pública de Ater Bolsa Verde. Por meio de um Plano de Ação apoia a chegada da Ater nas UC com ações voltados ao acesso a políticas públicas, participação da comunidade e articulação com os diferentes atores. Por meio de um grupo de trabalho discute-se a implementação da proposta, incluindo a comunicação e capacitação dos atores envolvidos na Ater e monitoramento inicial da assistência técnica, baseado no Método de Análise Econômico-ecológico de Agroecossistemas (adaptado) e posteriormente dos seus resultados.

A preocupação inicial foi destacar a importância do saber local para o fortalecimento das comunidades, compreender o papel da Ater e construir uma estratégia do seu acompanhamento.

Primeiramente, antes da chegada da Ater, realiza-se uma oficina nas unidades de conservação, com o objetivo de contextualizar de forma coletiva a Ater e o território, bem como construir com a comunidade uma árvore de conhecimento sobre o que é Ater.

Numa segunda etapa, dá-se a chegada da Ater na comunidade. São 2 dias para facilitar a chegada da entidade prestadora de Ater no território, promovendo uma integração entre esta, os atores da unidade de conservação e os parceiros. Posteriormente uma apresentação do plano de ação da Ater e então um debate entre o que a entidade está propondo e o que a comunidade espera, com o propósito de criar uma proposta conjunta entre a entidade de Ater e a comunidade.

Ernesto Galindo, mediador da mesa, sintetizou as contribuições trazidas pelas experiências apresentadas:

- Ferramentas tecnológicas (EAD)
- Olhar localizado nas comunidades
- Contextualização cultural (características, costumes e hábitos locais)
- Troca de experiências e conhecimentos mútuos
- Capilaridade
- Divulgação e acesso às Políticas Públicas

CONTRIBUIÇÕES DA PLENÁRIA:

Assentada da reforma agrária, agricultura, presidente de associação e estudante do Baraúnas dos Sertões.

"O que foi apresentado hoje, não é nem 1/3 do que esse projeto faz na vida das mulheres, na vida das agricultoras, porque eu tô falando enquanto mulher, enquanto agricultora, mãe, avó, esposa. Trabalho fora também e não tivemos oportunidade de estudar de ter conhecimento quando éramos mais jovens e esse curso vem pra trazer uma grandeza na vida das mulheres."

"Ali tem a valorização do nosso conhecimento, porque nós agricultoras e agricultores, deveríamos ser muito mais reconhecidos e valorizados. A gente alimenta a cidade, somos nós, mulheres que valorizamos as sementes crioulas e a Agroecologia, que cuidamos do nosso arredor de casa, que cuidamos dos nossos maridos."

"O valor que a gente tem, a importância que a gente está tendo e quando a gente passa a ter trocas de experiência com outras mulheres, a gente entende o nosso valor e se fortalece enquanto mulher, enquanto pessoa, enquanto ser humano, nossa cabeça é outra, porque a gente descobre tanta coisa que no dia a dia a gente não entendia e nesses momentos de formação a gente se liberta a gente se empodera e a gente passa ser dona da nossa própria vida. Então, assim eu sou muito grata por ter sido uma das indicadas, e escolhida pra fazer parte do Baraúnas."

Coordenadora de Formação do Dater/SAF/MDA

"À luz da experiência de cada projeto, de cada modelagem de formação, dos instrumentos, de uma Ater com "pé" no território, de uma Ater +Digital, etc, gostaria que destacassem dois elementos que precisam estar presentes no Marco de Referência de Formação em Extensão. O que vocês destacariam?"

Pesquisadora da Embrapa

"Um elemento seria o Digital e um outro seria as certificações flexíveis. Hoje se fala muito em Trilha de Aprendizagem, mas sempre buscar formas de certificar o conhecimento gerado".

Professora do Baraúnas dos Sertões

Falou sobre a necessidade de pensar a formação institucional e continuada em Ater, e com recurso garantido para que essa formação faça parte da ação da Política Pública. Colocou como fundamental que as metodologias sejam inovadoras na construção da Ater, que dialoguem com os territórios e que reconheçam as distintas narrativas. Entende que precisamos de uma Ater voltada para as mulheres e para juventudes, não somente como Política

Pública, mas também como prática cotidiana para se pensar o fortalecimento dos territórios.

"Ater feminista, antirracista, agroecológica, Ater para as mulheres, para as juventudes, para os povos e comunidades tradicionais".

"Uma Ater que é feita por militantes comprometidas com os movimentos sociais".

"Sem feminismo não há Agroecologia, se tem racismo, não há Agroecologia".

Professora do Profor-EXT

Afirmou que os princípios da Pnater são fundamentais neste contexto, assim como a valorização do conhecimento local. E que as comunidades devem permanecer produzindo da maneira como sempre produziram, com qualidade. Mas também que a universidade esteja junto, respeitando saberes tradicionais.

Cooredanação Coecos/CGPT/Disat (ICMBio)

Observou que devemos nos esforçar para entender a questão do uso coletivo dos recursos naturais, desenvolver mais metodologias de aprendizado coletivo e aprender com o saber local, valorizando como estas comunidades têm sobrevivido até hoje fazendo o uso adequado e coletivo do recurso natural.

2º DIA – 15 de maio de 2025

Mesa: Marco de Referência para a Formação de Extensionistas e Agentes de ATER – apresentação e debate

Coordenação: Regilane Fernandes – Coord. Geral ATER/DATER/SAF

Profa. Flaviane Canavesi, Universidade de Brasília, coordenadora do Projeto ERA – Extensão Rural e Agroecologia.

Apresentação do documento para discussão do Marco de Referência em Formação para a Extensão Rural

A abertura da mesa se deu com a fala da professora Flaviane Canavesi, que optou por ressaltar pontos importantes do documento produzido no âmbito do projeto ERA para debate neste evento. Optou por não fazer apresentação do documento na íntegra, já que os presentes já o tinham em mãos. Expôs os caminhos e os desafios para a formação de extensionistas e agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural. Começou destacando o papel das instituições de ensino superior, centros de pesquisa e ministérios, como o MDA e MEC, para atuação com maior incidência na formação de extensionistas. Apontou que a curricularização da extensão universitária se deu recentemente, revelando a necessidade de estruturar programas formativos robustos e articulados em redes sociotécnicas desde o nível territorial ao nível federal. Lembrou que, apesar da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ser constitucional, só agora, com a curricularização da extensão, poderá dar um salto de qualidade. Citou então a recente portaria conjunta entre MEC e SG da presidência, que trata da participação social na extensão universitária, cuja leitura recomendou aos presentes (portaria 192/2025, SG/MEC).

Para avançar no fortalecimento da extensão rural a longo prazo, é preciso não apenas preparar indivíduos, mas consolidar processos institucionais: formar gestores capazes de acessar editais, fomentar pesquisas, estruturar formação continuada e até mesmo criar escolas voltadas especificamente para a extensão rural. Não se trata apenas de formar extensionistas rurais, mas sim de fortalecer a própria extensão rural enquanto campo de atuação e política pública, havendo considerável demanda de formação por parte de professores, movimentos sociais, gestores públicos e estudantes.

Apontou ainda para a necessidade de definir temas e ementas para as formações, o que foi iniciado no documento, mas que precisa ser complementado. Falou também sobre garantir momentos presenciais (para trocas, interação e horizontalidade) e sobre a importância de reforçar a pesquisa e realizar curadoria cuidadosa do que já foi produzido, identificação de lacunas e estímulo a novas pesquisas. Ressaltou a importância de momentos virtuais para as formações, preferencialmente síncronos, pois possuem um alcance mais amplo.

A seu ver, a formação continuada deve ser pública, gratuita e ininterrupta, pois sempre haverá novas gerações de estudantes, professores, extensionistas e redes de atores em construção, além de promover a multiplicação de iniciativas como essas em diversos territórios e contextos.

Por fim, foi ressaltado o papel central das instituições de ensino no sentido de dar suporte aos extensionistas rurais, às Emater, aos centros de pesquisa agropecuária; apoiar a qualificação, considerando o contexto de desmonte da extensão rural; e fortalecer o serviço estatal, os movimentos sociais e as articulações entre campo e cidade, incluindo a agricultura urbana e periurbana.

Valmor Schiochet – Secretário Adjunto SNPS - Secretaria Nacional de Participação Social.

A Formação dos/as Extensionistas e sua interface com a Política Nacional de Participação Social e Educação Popular.

Como Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Participação Social, Valmor Schiochet abordou a iniciativa da Secretaria Geral da União, em parceria com o MEC, para envolver a extensão universitária na promoção da participação social, contribuindo para a ampliação, fortalecimento e aprimoramento dessa participação nas políticas públicas do governo federal. Para isso, foi elaborada portaria conjunta entre a Secretaria Geral e o MEC (portaria 192/2025, SG/MEC), citada pela professora Flaviane em sua explanação.

Dentro do contexto político atual, foi destacada a reconstrução da participação social frente à presença intensa de forças antidemocráticas ocupando instituições, à ascensão do neoliberalismo no país e à luta por instituições democráticas e políticas públicas comprometidas com a promoção da justiça social. Nesse cenário, o Conselho de Participação Social, órgão de assessoramento direto à Presidência da República, composto por 68 organizações e movimentos da sociedade civil, é considerado um espaço estratégico para a apresentação de agendas políticas diretamente à Presidência. Além disso, houve a constituição de fóruns estaduais de

participação social, para fortalecer políticas participativas nos estados e territórios, apostando no potencial de efetiva participação cidadã.

A dimensão territorial foi considerada central, ressaltando o papel do MDA em fomentar uma leitura das realidades locais a partir dos territórios. Para a Secretaria Geral, os agentes extensionistas representam uma inovação política e institucional, pois são agentes diretos de chegada das políticas públicas às comunidades e territórios, até mesmo às famílias. Esta atuação pode ser comparada à metodologia dos agentes comunitários de saúde, que interagem com a população de forma próxima e direta.

Os desafios principais levantados foram: como transformar os agentes de políticas públicas em agentes de participação social? Quem, afinal, pode promover participação social concreta, efetiva e crítica? O entendimento da Secretaria é que o agente público que chega à casa de cada brasileiro tem um papel-chave nesse processo.

É preciso pensar a extensão universitária não apenas como uma estrutura institucional, mas como promotora de participação e cidadania junto às comunidades em seus territórios. A ideia é não separar os direitos do conteúdo das políticas públicas, pois a participação social deve ser intrínseca à formulação e execução das políticas. Em suma, participação social atrelada à educação popular, nos territórios, é uma condição essencial para fortalecer a cidadania.

Por fim, aponta que deve ser considerado o desafio de incorporar a digitalização das interações humanas e sociais nos processos de participação social. Embora seja necessário encontrar meios de integrar as possibilidades digitais, a participação social não pode estar dissociada das interações presenciais e comunitárias.

Maria do Socorro Silva - MEC/Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens de Adultos, Diversidade e Inclusão.

O papel das políticas de Educação na formação de Extensionistas e Agentes para Transição Agroecológica.

Socorro Silva, representando a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens de Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) fez uma reflexão profunda sobre o histórico da educação do campo no Brasil, destacando dois elementos fundamentais. O primeiro foi a autoria coletiva, que não nasce do Estado brasileiro, mas sim da prática educativa e do movimento político-pedagógico construído pelos movimentos sociais e sindicais camponeses. Esses atores formularam uma nova concepção de educação no país, questionando o paradigma vigente sobre a sociedade e a educação rural. O segundo elemento ressaltado foi que a educação das populações camponesas não pode ser pensada apenas como educação escolar, mas também como educação não escolar. Nesse sentido, a extensão rural aparece como uma oportunidade estratégica para a chegada de formação, serviços e direitos à população camponesa brasileira, e é a partir daí que se dialoga com a extensão rural.

Para Socorro, a transformação da extensão rural, se dará a partir da educação popular, pois é ela que evidencia a relação do ser humano com a natureza e indica caminhos para uma formação humana integral. Nesse processo, a agroecologia é apontada como elemento fundamental, não apenas como tecnologia, mas como parte de uma perspectiva educativa. Os movimentos sociais têm sinalizado ao Estado a necessidade de mudanças na educação para promover uma formação humana ancorada na agroecologia.

Entre as abordagens propostas estão a interdisciplinaridade, a pedagogia da alternância e o trabalho articulado com a cultura. A alternância, ou seja, o ir e vir entre espaços e saberes, é destacada como uma estratégia essencial. Nesta perspectiva, é preciso criticar os indicadores de produtividade ainda usados pelo MEC, os quais são heranças da década de 1930, reforçando a necessidade de atualização e transformação.

Alguns avanços recentes foram mencionados, como o fortalecimento da educação popular e a estruturação de comitês estaduais para participação de ONG que atuam com extensão rural (presentes hoje em 17 estados), além da curricularização da extensão nas universidades, um debate ainda tensionado, mas que conta com o compromisso do Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

Também falou do Programa Forma Campo, que envolve cerca de 280 Institutos Federais trabalhando com temáticas relacionadas às questões do campo. Neste programa está se desenvolvendo um novo eixo: justiça climática e agroecologia, no sentido de unir o Forma Campo e a rede de EFA na formação de agentes de educação do campo nos territórios (buscando articulação com Condraf). O programa oferece cursos de aperfeiçoamento (180 horas, em alternância) para professores, agentes de extensão e lideranças rurais, além de especializações (360 horas) em Educação do Campo e Agroecologia. Socorro ressalta a existência de uma "rede socioeducacional técnica" de 70 cursos de licenciatura em educação do campo no Brasil, financiada pelo Ministério da Educação.

Outro destaque foi o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) nos eixos: Campo (reforma e compra de mobiliário nas escolas) e Água (abastecimento e esgotamento sanitário nas escolas). O objetivo é criar o PDDE Escolas Agroecológicas (para construção de unidades demonstrativas de agroecologia nas escolas). O intuito do PDDE é barrar o fechamento de escolas rurais e criar verdadeiros laboratórios vivos de aprendizado. Por fim, foi enfatizada a importância da integração entre agentes de extensão rural e professoras/es e políticas interministeriais para a "amarrar" ações e consolidar políticas de Estado duradouras.

Marenilson Batista – Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. A Formação de Extensionistas nas estratégias do MDA.

A última intervenção foi feita por Marenilson Batista, diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater/SAF/MDA), que relembrou a importância de compreender o processo de formação em extensão rural como algo que ocorre simultaneamente à construção do Marco Referencial para a Formação em Extensão Rural. Ou seja, não se trata apenas de esperar um documento finalizado, mas de viver a formação já no momento em que esse marco está sendo debatido e construído.

Marenilson chamou a atenção para o contexto atual, marcado por mudanças rápidas e drásticas, que exigem que todos os envolvidos consigam

compreender essas transformações e se integrar a elas. Nesse cenário, os tipos de formação que estão sendo pensados não são apenas técnicos, mas precisam abrir espaço para diálogo e construção coletiva de um projeto de extensão rural que faça sentido para os diversos atores envolvidos.

Por fim, ressaltou que existe uma disputa de narrativas em curso junto à sociedade e que não basta construir um projeto sólido: é necessário também dar visibilidade ao processo, comunicar suas intenções, avanços e desafios, para que ele não seja apenas um esforço restrito a grupos específicos, mas se torne parte do debate público mais amplo.

CONTRIBUIÇÕES DA PLENÁRIA:

Representante da Faser

Ressalta a importância de colocar a Ater no PAC, pois o argumento é de que são obras de infraestruturas e bens. Porém, não adianta investimento em obras se não houver agentes que promovem a participação social, abrindo oportunidade para cooptação.

Representante da ONG PATAC Paraíba

Aponta para a ausência de ONG como instituições ofertantes no Marco de Referência de Ater.

Extensionista do projeto Baraúnas

Destaca as formas de educação que ocorrem nos territórios, com envolvimento das escolas de família agrícola. Reforçou o pleito de continuidade do projeto Baraúnas dos Sertões e o fortalecimento da educação formal como componente estratégico.

Professor do Instituto de Antropologia da UFRR, participa de projeto sobre segurança alimentar da UFRR em parceria com MDA

Questiona como este marco pretende abarcar toda a complexidade da Ater indígena, pois ações como foco exclusivo na produção, domesticação de

animais e a piscicultura contrastam com a cosmovisão indígena sobre a natureza. Perguntou: Como vocês pensam em incluir essa complexidade da cosmovisão dos povos indígenas nas ações de Ater?

Professora da UFRRJ, projeto AUP Baixada Fluminense

Apontou para restrições orçamentárias que invisibilizam ações universitárias nos territórios. Questionou: Como dialogar com governo para alocação de recursos para extensão universitária?

Professora UFG

Questionou como operacionalizar a junção da formação de extensionistas rurais e as Escolas de Família Agrícola (EFA). Atualmente muitas EFA passam por um processo de descontinuidade de formação de profissionais, ocasionando a falta de professores na instituição. Como exemplo, cita um caso em Goiás que, por conta da falta de docentes, as crianças passaram a ter aula de forma remota.

Portanto, reforça: As universidades podem contribuir para formação de profissionais para as EFA. Questiona: Como o MEC pode criar condições financeiras para que universidades possam fomentar a extensão universitária?

Plenária de Convergências: Aperfeiçoando o Marco de Referência para Formação de Extensionistas e Agentes de Ater

Coordenação: Regilane Fernandes - Coordenadora-Geral de Formação, Construção do Conhecimento e Fomento a ATER do Dater/SAF/MDA

Esta atividade representou uma continuidade do debate do período da manhã.

Professor da UFRR

Observou que, no projeto que desenvolvem, não separam formação de extensão, e que trabalham na construção da autonomia, autodeterminação e autossustentação. Trouxe também a questão das diversas ruralidades, e que

povos indígenas tem uma outra complexidade que precisa aparecer de forma bem específica no documento. Há diversas economias nos territórios. Lembrou que na UFRR tem o curso de Gestão Territorial Indígena e que há escolas técnicas na Amazônia e um curso que forma agentes territoriais indígenas, pelo Conselho Indígena do Acre.

Pesquisadora da Embrapa

Lembrou que falta abordagem sobre papel do patrimônio alimentar no enfretamento da crise climática. Segundo a pesquisadora do ponto de vista de valorização, as unidades agrícolas são produtos de Serviços Ecossistêmicos, passíveis de pagamento (PSE), e que na Agricultura Urbana o PSE tem sido utilizado no enfrentamento à especulação imobiliária. Destacou ser importante constar na ementa.

Técnico do Dater/SAF/MDA

Solicitou que, dentro de concepções e princípios deste documento, junto com a ideia de inclusão das mulheres e a pauta antirracista, trans e LGBT, incluir também a questão das PCD (pessoas com deficiências), conforme a Lei de Pessoas com Deficiências, no. 13.146/2015. No seu artigo 27 traz o direito à educação, no artigo 34, o direito ao trabalho e no artigo 36, a habilitação e reabilitação profissional. Relatou ainda que segundo uma pesquisa nacional de saúde tem-se aproximadamente 2,9 milhões pessoas com deficiência no campo e nas cidades chega a 17 milhões.

Professora da UFRRJ

Relatou que há necessidade de acesso à Internet também em áreas urbanas, e que o meio rural e urbano coexistem, onde as pluralidades e urbanidades se entrecruzam. Por fim, na parte das “Instâncias” no documento apresentado, solicita que seja valorizado todo o aprendizado acumulado pelos colegiados territoriais.

Pesquisador da Embrapa

Destacou a diversidades dos povos, em especial indígenas e quilombolas, o que justificaria a necessidade de uma Ater específica. Sugeriu sistematizar as experiências incríveis, junto com às organizações sociais, e organizá-las, de forma que se tenha acesso a métodos e formas de atuação.

Sobre os cursos EAD (Ater +Digital), acha que devem ser articulados com ações que estão acontecendo presencialmente, e que esse diálogo deve ser permanente, através de uma rede ou um fórum ou outro mecanismo que possa estabelecer esse diálogo.

Sugeriu também, incluir o papel das organizações da sociedade civil na política de extensão rural, a fim de potencializar as ações realizadas pela sociedade civil, e lembrou o papel do reconhecimento dos territórios tradicionais.

Propôs aumentar a participação e as parcerias com a sociedade civil, trazendo a história que fundamenta a Formação Extensionista e “rechear” o Marco de Referência com Agricultura Urbana, Indígenas, Quilombolas e Territorialidade.

Participante do Movimento das Quebradeiras de Coco do Piauí

Destacou a importância do reconhecimento dos Territórios Tradicionais. Solicitou que seja reforçado no item Temas e Ementas, pois sem o reconhecimento destes territórios, não terão onde atuar. O reconhecimento garante a demarcação, ancestralidade e cultura local.

Pesquisadora da UnB

Observou a reduzida participação da sociedade civil nos encontros de formação e que é a sociedade civil quem domina as metodologias participativas. Em seu entendimento, a curricularização da extensão universitária traz a possibilidade de conhecer e praticar melhor estas metodologias. A universidade pode contribuir na sistematização de experiências, fundamentação teórica e a contextualização histórica da Extensão Rural como processo educativo. Reforçou que o documento precisa ser “recheado” com os conhecimentos da sociedade civil, referente a agricultura urbana, extensão rural indígena, quilombola, territorialidade, diálogo campo-cidade. Finalizou alertando que a Agroecologia não é somente o campo

agronômico e sim a união de diversos conhecimentos e disciplinas acadêmicas.

Representante da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA e do CP Ater

Trouxe a questão da inclusão e da igualdade, da necessidade da juventude debater o marco de referência de formação, e incluir neste debate as federações de estudantes das agrárias.

Sugeriu incluir no documento metodologias feministas que promovem ações coletivas (como princípios e emas) e resgatar a importância da Agroecologia na Ater e na Pnater. Finalizou sugerindo "sulear" a Pnater via Agroecologia, incluindo a Psicologia Rural na Extensão Rural de forma interdisciplinar, e o apoio às redes sociotécnicas multiprofissionais utilizando-se de metodologias e habilidades de articulação no campo do conhecimento.

Representante da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)

Alertou para a necessidade de se fazer uma leitura ampla da Agroecologia, para além da dimensão técnico produtiva e a importância de se resgatar o debate da Agroecologia, tanto para a Ater como para a Pnater, como importante referência de orientação. Complementou com a ideia da generalidade com territorialidade; e também que se faz necessário aprofundar os conceitos, princípios e as diretrizes. Reforçou ainda que o documento não deveria conter temas e ementas, porque, segundo ele, qualquer lista com estes temas estará incompleta. Finalizou sugerindo suprimir o ítem 11 do documento.

Professora da UnB

Sugeriu que não devem entrar tópicos como temas e ementas, mas sim capítulos de experiências exitosas (Baraúnas, Bolsa Verde, etc), e se organizar um material com a sistematização dessas experiências (tipo um encarte).

Exemplifica que este encarte poderia trazer um capítulo sobre o Baraúnas,

trazendo a experiência da especialização, um outro capítulo de como se pode trabalhar na agricultura urbana, um outro que mostre como se trabalha a questão indígena, etc. Ressaltou que deve ser incluído no documento o conceito de interculturalidade e que é preciso ter acesso às experiencias sistematizadas pela Embrapa. Sugeriu ainda que temas como a regularização fundiária e questão agrária devem ser incluídos no tópico de princípios, além de romper com a dicotomia campo-cidade.

Afirmou ainda, que é necessário se discutir os conceitos, princípios e as diretrizes e que a formação deve ser contextualizada, a partir dos biomas, dos territórios, especificidades na diversidade, abordando a diversidade identitária dentro do conceito da agricultura familiar.

Entede que seria possível manter os temas, mas sem engessar o marco de referência, e com entendimento da formação nas redes sociotécnicas.

Por fim, informou que a formação continuada nas residências multiprofissionais dá uma contribuição muito importante, e que elas estão presentes nos territórios e trabalham com várias unidades acadêmicas.

Extensionista do IDAM

Sugeriu inserir orientações para inserção de profissionais recém formados no mercado de trabalho (por território).

Professora da UFRPE

Considerou que o marco de referência deve incluir temas, ao contrário de sugestões anteriores que recomendaram a retirada deles do documento. Reforça que o marco de referência precisa ser orientador, provocador, e que aponte para o que desejamos, não pode só refletir o que nós temos hoje.

Pesqusadora da Embrapa Agrobiologia (RJ)

Sugeriu ser necessário se falar mais dos resultados das pesquisas, exemplificando que existem pesquisas em Extensão Rural que talvez não estejam ainda sistematizadas. Sugeriu ainda dimensões temáticas do conhecimento (no lugar dos temas), considerando as diferenças regionais,

exemplificando com algumas sistematizações, e ainda que "desenvolvimento rural sustentável com base territorial" seja um dos conceitos.
Propôs a existência de marcos de referência regionais (a partir de um marco nacional) e até sub-regionais.

Coordenação de Formação do Dater/SAF/MDA (Encaminhamentos Finais)

Observou que a construção deste documento é participativa e que deve envolver os tomadores da política de Ater inclusive a própria agricultura familiar. Entretanto, foram reunidos no III Encontro de Formação, as entidades envolvidas com Formação de Extensionistas e Agentes de Ater em parceria com o MDA, e entidades que organizam a demanda da rede de extensionistas do sistema público, representadas pela Mariana (Asbraer), a Marinês, representando a Faser, que é o coletivo dos profissionais de extensão rural, a Anater e outras organizações. A partir deste evento, informou que a proposta irá passar no Comitê Permanente de Ater do Condraf e que será aberta uma escuta pública de 10 dias e o resultado do Marco de Referência deverá ser apresentado na Conferência Temática de Ater.
Destacou ainda que o contexto de emergências climáticas deve estar presente bem como a reafirmação da Pnater, sugerindo que a compreensão de economia territorial e de novos modelos de desenvolvimento territorial e de dinamização de econômica de territórios devem constar nos Temas.
Trouxe também alguns questionamentos:
Quem são os Extensionistas e os Agente de Ater? Sugere que esta informação deve constar no Marco de Referência, caracterizando esta diversidade.
Como fazer as organizações e instituições interagirem?
Propôs que no lugar dos Temas deveria constar categorias, compreensões ou grandes princípios (Conteúdos Fundamentais), e que a abordagem metodológica (ex. educação popular) traga uma diferenciação entre mulheres, juventudes, comunidades, etc)
Sugere ainda incluir as organizações da sociedade civil, tanto como demandante como ofertante de Ater e que a Embrapa incorpore a participação

social e a educação popular e que as pesquisas sejam feitas com os territórios e não para os territórios. Trouxe algumas recomendações para governança: que os programas de formação, governamentais ou de redes, precisam ser concebidos numa relação de diálogo, dentro do território, reunindo as diferenças, governo e sociedade civil, para fazer pactos. Afirmou também que os processos formativos, além de atualizarem conteúdos, devem estimular a formação de redes sociotécnicas.

Ressaltou ainda que é necessário comprometer quem pensa os programas e as políticas de formação com a constituição de redes, não por decreto, mas que os próprios programas estimulem essa formação.

E por fim, destacou a necessidade de se apoiar o relacionamento entre organizações para que se articulem em redes sociotécnicas nos territórios, e sugeriu chamar reunião do CP Ater/Condraf ampliada, com a Rede Asbraer e o Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural, entre outras organizações, para colher contribuições específicas.

Mesa: Experiências Nacionais/Regionais na Formação de Extensionistas e Agentes de ATER

Coordenação: Manoel Diniz – Coord. Geral Ater/Dater/SAF

Projeto Agricultura Urbana e Periurbana em Rede – UFRN – Prof. Celso Locatel

O projeto tem como base a agroecologia e a economia solidária, com o objetivo de promover a segurança e soberania alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social em nove estados brasileiros, por meio da sistematização e disseminação de práticas de agricultura urbana e periurbana. A ausência de dados oficiais sobre essa prática motivou a criação de uma metodologia própria para identificá-la nos espaços urbanos, resultando na implementação inicial de 22 hortas, hoje ampliadas para 28. Foram realizados cursos estaduais de formação e oficinas práticas, com a atuação de 61 agentes

e 769 pessoas beneficiadas diretamente. Os dados revelam forte presença feminina e de populações indígenas e quilombolas. Entre os desafios, destaca-se a escassez de extensionistas com compreensão adequada sobre agricultura urbana e, além disso, que possuam sensibilidade para trabalhar com os princípios da agroecologia e das tecnologias sociais.

Projeto ERA – Extensão Rural e Agroecologia – UnB – Profa. Nina Laranjeira

O Projeto ERA é uma iniciativa de pesquisa e formação que tem por finalidade identificar as fragilidades e potencialidades na execução da Pnater, oferecendo subsídios para qualificar as ações de Extensão Rural. A pesquisa é desenvolvida em todo o território nacional, abrangendo diferentes biomas sob uma perspectiva agroecológica, avaliando normas, procedimentos, metodologias de Ater e formação de extensionistas. Os estudos são realizados de forma participativa e interdisciplinar, com envolvimento de universidades, movimentos sociais, instituições de pesquisa e outros atores relevantes. Entre seus objetivos estão a geração de dados para políticas públicas, a proposição de diretrizes formativas e a produção de materiais técnicos. A estrutura do projeto envolve levantamento de dados, acompanhamento de instâncias de participação social, formações continuadas e publicações. Em 2024, houve minicursos presenciais e um curso virtual com mais de mil inscritos; em 2025, seguem novas formações e duas pesquisas em andamento, além da produção contínua de materiais de apoio técnico e científico.

Projeto Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Indígenas Yanomami – Instituto Insikiran/UFRR – Profa. Rachel Camargo de Pinho

O projeto atua na TI Yanomami, com as etnias Ye'kwana e Sanöma, sob a coordenação do Instituto Insikiran, que oferece três cursos de graduação específicos para povos indígenas. O objetivo é fortalecer a soberania alimentar

dos povos Ye'kwana e Sanöma, por meio de ações formativas focadas na gestão territorial.

A meta é formar 96 bolsistas indígenas que atuarão como agentes locais ao longo dos três anos de duração do projeto (2024–2027). Esses agentes estão em processo de formação, em diferentes níveis, sendo compostos por indígenas graduados, estudantes da graduação em Gestão Territorial Indígena e também professores indígenas. As ações incluem a criação de bancos de dados socioculturais, desenvolvimento de currículos pedagógicos de escolas indígenas, implantação de viveiros e piscicultura, e cursos de extensão. Já foram realizados diagnósticos socioprodutivos com tecnologias geoespaciais, e iniciou-se um curso de geoprocessamento. Há também esforços para ampliar a educação básica nas escolas das comunidades, e criar projetos produtivos sustentáveis, com intercâmbios entre agentes indígenas para o compartilhamento de experiências agroecológicas e de gestão territorial.

Experiência Yanomami – IFAM – Prof. Eurides Francisco Júlio

O projeto tem como foco o fortalecimento da produção de alimentos vegetais e animais no território Yanomami, no estado do Amazonas, em São Gabriel da Cachoeira. Possui polos de formação, nos quais são realizadas atividades de Ater com diversas etnias dos povos Yanomani. As ações iniciaram com a apresentação do projeto e o diálogo com lideranças indígenas, seguidas de diagnósticos participativos e reconhecimento dos roçados. As atividades incluem controle de pragas, construção de mapas dos cultivos realizada por mulheres indígenas e formações em avicultura, piscicultura e meliponicultora. As escolas municipais participam ativamente, com o envolvimento das comunidades.

Síntese – Manoel Diniz – Coordenação Geral Ater/Dater/SAF

Destacou a experiência do Projeto Agricultura Urbana e Periurbana em Rede (UFRN), ressaltando os desafios, estratégias e a importância do associativismo, cooperativismo e da articulação com políticas públicas, além da centralidade da participação social. Destacou também o desafio de formação

de extensionistas com compreensão sobre agroecologia e tecnologias sociais, além da necessidade de garantir a continuidade dos projetos.

Sobre o Projeto ERA (UnB), ressaltou a importância das estratégias de formação presencial e virtual, bem como dos processos de participação social e da construção de parcerias com os atores sociais na formação de agentes de Ater.

Destacou ainda a experiência conduzida com os povos Ye'kwana e Sanöma, ressaltando tanto a riqueza cultural desses povos quanto os desafios provocados pela ausência do Estado, especialmente no que se refere à falta de ensino fundamental nas comunidades indígenas. Por fim, sobre a experiência apresentada pelo IFAM com os povos Yanomami, ressaltou o desafio da articulação e a perspectiva agroecológica no contexto da criação animal, além da importância de fortalecer a Ater adaptada às realidades dos povos indígenas Yanomami.

3º DIA – 16 de maio de 2025.

Mesa - Confrontando o Marco de Referência com as Iniciativas vigentes na Formação de Extensionistas e Agentes de ATER

Coordenação: Marenilson Batista - Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater)

Marinês Bock – representante da Faser

Reforçou a importância de termos o marco referencial para a formação, que possa guiar nossas ações e formação de extensionistas. Pontuou a necessidade de considerar as diversidades do Brasil, biomas, territórios. Citou como exemplo a questão do acesso em diferentes regiões, exigindo diferentes formas de fazer as formações. Vê a necessidade de, na introdução do documento, deixar claro o modelo de desenvolvimento que queremos e onde

esta formação quer chegar. Confrontar a questão das *commodities* na produção de alimentos, que deve ficar clara nas formações, pois na academia não é suficientemente debatida. Reforça: modelos de desenvolvimento e não só questão agrária.

Sugere ampliar o debate deste documento nas bases, sendo o CP Ater espaço importante para isso.

Observa que falta mais referências às Emater, por exemplo. No item 6 do documento – Faser não é só demandante, mas também ofertante, pois realizam momentos de formação, formação continuada. A Anater também deve estar como ofertante, pois faz formação a cada chamada. Sobre o item 8 acha que deve descrever não só o papel das IES, mas também dos principais segmentos que são importantes neste processo, como: Embrapa, entidades estaduais de pesquisa, Emater, Anater e as organizações da sociedade civil.

Acentua que a Faser, apesar do desmonte em diversos estados, ainda forma uma rede de 20mil trabalhadores, que possibilitam que as políticas públicas cheguem a muitos rincões do Brasil.

Sugere ainda, separar diretrizes e princípios, pois, além de mais claro, seria possível incorporar as questões colocadas no dia anterior, e sugere deixar as ementas de fora.

Ponto que interfere diretamente na formação, apesar de não ser formação propriamente dita, e sob a ótica dos trabalhadores, é a precarização e desvalorização dos profissionais que são contratados como nível médio, mas têm nível superior e não são remunerados por isso, permanecem ganhando como nível médio. As instituições devem ter contratações de nível superior.

Observa que as ações de Ater no governo ainda são isoladas, não há coordenação a nível de país, e as chamadas acabam por favorecer a precarização do trabalho na sociedade civil, pois não há controle sobre as contratações. Há técnicos trabalhando por um salário mínimo. Neste sentido, traz a importância do Suater ser aprovado e implantado, para que haja orquestração dos trabalhos a nível de país, formação continuada, financiamento e também da valorização profissional.

Outro ponto relevante são Redes Sociotécnicas: aproximar a Universidade de profissionais em campo para construção do conhecimento, pois a troca de saberes entre extensionista e a academia é a melhor forma de formação continuada. A multidisciplinaridade deve ser reforçada no documento, pois, cada vez mais, as questões encontradas em campo têm mais a ver com elementos sociais do que produtivos.

Alisson Zarnott – Fórum de Professores e Professoras de Extensão Rural

Acha que há alinhamento entre o documento proposto para o marco e as iniciativas apresentadas. Entretanto, considerou que as experiências apresentadas são finalísticas, de Ater, e que poucos falaram da formação, e ainda que muitos atores importantes não estão neste evento.

Trouxe a questão: quais as estratégias de formação, para qual Ater? E para ela, em relação ao documento, apresentou 3 pontos:

1. Tratar a Extensão Rural como mediação, e como mediação de políticas públicas: entende que é preciso ponderar, porque retira o caráter crítico e questionador do papel do extensionista como educador. Não deve ser só mediador e especificamente de políticas públicas. Sugere definir a Extensão Rural sob o ponto de visto crítico, educador, transformador e emancipador, com ação metodológica mediadora. Chama também a atenção para o termo genérico “políticas públicas”, que deveria ser mais preciso, pois há muitas que são ainda “modernizantes”. Deve-se especificar aquelas voltadas para agricultura familiar e agroecologia, para ser mais preciso. Acha perigoso atrelar o marco à Pnater, porque ela pode também mudar. Entende que a Extensão Rural deve ser um campo de conhecimento e fez a leitura de trecho da Carta do III Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural, organizado pelo Fórum Nacional das Professoras e Professores de Extensão Rural, que traz a extensão rural como campo de conhecimento: “A Extensão Rural deve ser reconhecida e fortalecida como um campo do conhecimento científico, com epistemologias, métodos e práticas próprios e seu compromisso com uma sociedade equânime.”.

2. Sobre o termo Extensionista e Agentes de Ater – quem são? No documento, o item “demandantes” é bem amplo, o que é compreensível. Mas a questão é: como isso acontece? como operar? como se mantém ao longo tempo? qual o papel efetivo? como se monitora? Precisa ser esclarecido. Outro ponto, porque e no que formar? Se precisam ser formados é porque a formação atual ou não serve, ou não basta. Mas isso não está claro. Onde está o problema? Onde as experiências históricas se encaixam? Não podemos achar que nada foi feito.
No que formar? Há uma lista de temas e especificidades, mas neles não há Ater.
3. Como formar? Há 2 momentos: antes do serviço, da ação de Ater e a formação inicial do sujeito, a formação geral. Considera importante delimitar um núcleo de referência, para depois incluir a formação local.
Lembra que no serviço, no campo, há primeiro o pré-serviço: preparar o profissional para aquela realidade que ele pode não conhecer, o que seria papel das instituições contratantes. E também durante o serviço: formação permanente (campo técnico, organizativo, social).
Pondera que há desafios metodológicos, mas não acha que seja o principal, pois já existe acúmulo sobre isso. O principal desafio é institucional, o que fazer, como organizar e massificar o processo de formação e de ação em campo. Como coordenar as ações e a formação?

Mariana Martins – representante da Asbraer

Entende que este documento é uma minuta a ser aprimorada até que chegue à conferência, e a importância de termos este documento norteador. Concorda com Prof. Ivanilson (fala no dia anterior), que este marco precisa ser generalista. Precisamos concatenar muitas ideias, pois é um documento nacional. Mas que deve conter algumas especificidades para atender a toda a realidade do país.
Acha necessário especificar quem são os extensionistas e os agentes de formação. Em seu entendimento, todo extensionista é assistente técnico mas nem todo assistente técnico é extensionista. Pergunta se não seria o momento

de separar os dois. O extensionista teria um olhar mais holístico sobre o contexto social e familiar. Traz como ideia para debate.
Sentiram falta de suas instituições como ofertantes de formação, concordando com Marinês.
Concorda com prof. Alisson, sobre o pré-serviço, pois muitas vezes é quando o profissional começa entender o que é extensão rural. Solicitou então, a escuta de extensionistas presentes, a fim de ouvir as vozes destes profissionais.

Extensionistas indicados pela Mariana:

Ana – IDAM - Egressa da UFAM, teve extensão rural somente no 7º período, com a visão de Paulo Freire, participou do núcleo de socioeconomia, onde teve contato com agricultores familiares. O currículo ainda é o mesmo desde então. Entrou no IDAM por concurso e não teve o pré-serviço, que só ocorreu um ano depois. Pelos técnicos que a acolheram teve contato com o serviço. Teve dificuldade com a formação, *on line,* com a GIZ, pois não era condizente com sua realidade, além de internet de má qualidade. O curso decolou quando chegaram instrutores com experiência na região. Trouxe a realidade da Amazônia com desafios de deslocamento e contato com as comunidades. Áreas de garimpo, piratas e prostituição; públicos também muito diversos. Comunidades em Insan, sem acesso à saúde, meninas-mãe por prostituição e abuso. Assinala ainda a expectativa que o profissional cria de melhoria de vida, diante de tal realidade, e ainda que a ocupação de agricultor é vista com preconceito nas comunidades.

Rafael – Emater Rondônia – Também entrou despreparado para exercer sua função e não teve pré-serviço, trabalhou diretamente em chamada pública em assentamento. Considera que o extensionista tem uma paixão e está se atualizando sempre. O profissional é participante da vida da comunidade, entra na casa das pessoas, tem um contato muito próximo; esse olhar não pode faltar neste documento. Assinala ainda as fragilidades nas estruturas das empresas de Ater. Começaram Ater indígena há 1,5 ano e ainda estão

conhecendo a forma de executar. Reforça a responsabilidade sobre as mudanças de vida para as pessoas.

Agno – Incaper-ES – Trouxe a importância de termos um marco de referência e o desafio de ter um marco que seja adequado a todas as realidades. O choque de chegar no trabalho de extensão rural, pela formação incipiente, daí a importância da formação continuada, ainda que exista a formação pré-serviço, pois os desafios vão mudando, no espaço e no tempo.

Raul Machado – Emater–MG – Reforça as Emater como entidades formadoras, pois, com a chegada de novos profissionais há uma socialização sobre as metodologias participativas e produção de base agroecológica. Lembra que ampliar o número de agricultores produzindo alimentos e a oferta nos mercados são premissas da empresa e o pré-serviço leva a ideia do profissional como agente de desenvolvimento. A empresa tem programa interno de capacitação, investe em formação continuada, ofertada a todos os extensionistas. Emater busca proximidade junto às entidades de políticas públicas de comercialização, como o Pnae na secretaria de educação.

José Nunes – representante da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA

Iniciou saudando a existência deste documento: um ótimo exercício de aprofundamento e debate. Concorda com Mariana, sobre processo de escuta até a conferência, que poderia ser conduzido pela Faser e Asbraer. “Nada sobre nós sem nós”.

Constata que o debate sobre formação em extensão rural não é recente, e tampouco é recente a denúncia do modelo atrelado ao capital. Questiona como, a partir disso, construir nova prática extensionista se a formação inicial continua a mesma na maioria das instituições de ensino.

Trazendo as etapas do prof. Alisson, entende que precisamos incidir na formação inicial e que uma das inovações mais importantes é reconhecer e fomentar os papéis dos agentes de Ater. Este, com diferentes nomenclaturas,

estão presentes em projetos aqui apresentados, como por exemplo, Baraúnas (agentes locais), Proforext (agentes locais de formação), no trabalho com os Yanomamis em Roraima. A potência de atuação destes agentes de Ater, contribuem com o diálogo de conhecimentos, aproximando extensionistas profissionais dos povos do campo, das florestas e das águas. Além do protagonismo na multiplicação do conhecimento contextualizado e autonomia na construção de conhecimentos endógenos.

Chama a atenção para a importância de usar o termo “conhecimentos populares” e não saberes, como forma de quebrar a hierarquia entre os diversos conhecimentos. Acha que o documento precisa incluir item com metodologias mais bem definidas e abrir caminho para a valorização de mestres e mestras de conhecimento popular, pois não só pessoas formadas fazem Ater. Metodologias como CAC (Camponês a Camponês) podem ser bom investimento pedagógico, potencializando intercâmbios e trocas de experiências, como outras estratégias metodológicas que precisam estar explicitadas neste documento.

Constatou que há um chamado para a Ater assumir outras demandas, para além das técnico-ecológica-produtivas, como o fortalecimento da participação social, interfaces com educação do campo, perspectivas feminista e antirracista, bem como no debate gênero, identidade de gênero e orientação sexual e defesa da reforma agrária. Diante de tantas demandas, que sempre se renovam, sugere suprimir listas de temas, pois sempre será parcial e incompleta, e no presente documento estão mais concentradas nas áreas agrárias e agrícolas, deixando a diversidade citada de fora.

Por outro lado, chama a atenção para a amplitude de demandas, pois Ater não pode ser uma panaceia, diante dos problemas complexos nos territórios. Deverá agir de forma integrada com outras políticas, como saúde e educação, para citar duas bem importantes. Justifica então que, diante de tantas demandas, diferentes realidades e deficiência da formação inicial, a formação continuada sistemática é imprescindível.

Diante disso, considera importante fazer referência no documento a importância das formações com grupos multi-interdisciplinares, permitindo

trocas e potencializando a formação de equipes com esse mesmo caráter. Neste sentido a formação formal em Ater, tanto a inicial, quanto a continuada, nos diferentes níveis (médio, superior, pós-graduação) não deve estar só nos cursos das ciências agrárias. Alerta ainda para a redução crescente de carga horária da disciplina extensão rural nos cursos de ciências agrárias.

Propõe a inserção de disciplinas em diferentes cursos das universidades e a oferta de cursos e oficinas, como vem fazendo o ERA, para fazer ecoar o papel da Ater. Sugere constar no documento orientador, que sempre que possível os processos formativos devem envolver estudantes de diversas áreas do conhecimento, potencializando o diálogo interdisciplinar. Entende que este aporte metodológico deve estar em item específico sobre metodologia.

Distinguiu Extensão Universitária de Extensão Rural, esta última como disciplina e a primeira como importante para a formação em Ater. Sendo a segunda um campo específico do conhecimento e disciplina específica. Extensão Universitária pode contribuir para o ensino da extensão rural. Citou o trecho da carta de Santa Maria, do Fórum de professoras e professores de extensão rural: “A extensão universitária e a extensão rural possuem naturezas distintas, ainda que inter-relacionadas no contexto da formação universitária. A primeira integra o tripé ensino-pesquisa-extensão, sendo compreendida como uma dimensão acadêmica voltada à inserção social da universidade, promovendo processos educativos, científicos e culturais em diálogo com a sociedade. Já a extensão rural constitui-se como um campo específico do conhecimento e uma disciplina acadêmica/escolar, com objeto, métodos e finalidades próprios, orientada à mediação técnico-política e pedagógica entre saberes acadêmicos e populares, junto aos múltiplos grupos sociais que compõem os territórios”. Entende, portanto, que a curricularização da extensão universitária representa importante aporte à formação em extensão rural.

Em seu entendimento, a Agroecologia, como ciência do campo da complexidade, é potente fundamentação para Ater, recomendando avançar na sua compreensão como ciência multidimensional, bem como nas dimensões política, sociocultural e econômica. O autor mexicano Vitor Toledo nos traz que, já avançamos nas dimensões epistemológica e metodológica, mas precisamos

avançar na dimensão ontológica - ser humano como parte da natureza e espiritual, garantindo esforço para nos reconhecermos como natureza e valorizar as espiritualidades. Assinala que a dimensão ontológica aproxima o campo agroecológico de campos da psicologia, como psicologia social; psicologia rural, psicologia comunitária; psicologia da educação e psicologia ambiental, por exemplo. Discussões como esta, situam a Agroecologia como uma ciência transdisciplinar, e por isso não pode ser confundida com agronomia verde.

Cita novamente a carta de Santa Maria, para reforçar a necessidade de reafirmar a extensão rural como processo educativo continuado, direito de todos, devendo ser gratuita e de qualidade, promovendo justiça social, soberania alimentar e transição agroecológica. Observa ainda que: “Chamadas públicas são uma realidade contextual, mas não atendem a demanda por Ater pública, continuada e transformadora que o Brasil precisa.”. E afirma ser necessária a formação política de extensionistas, inclusive para lutar por um sistema público de Ater.

Conclui assim sua fala: “Por fim a agricultura urbana é somente uma das realidades que nos desafia, teórica e metodologicamente, estimulando nossas reflexões sobre o indissociável continuo cíclico, que poderíamos dizer inspirados em Nego Bispo, entre campo-cidade-campo. Os processos formativos devem incluir as especificidades desse jeito particular de fazer agri-culturas nas cidades.”

Sheyla Saori – representante da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA

Participou recentemente do seminário de avaliação da Chamada Ater Mulheres (Anater) e ouviu agricultoras que acessaram serviço de Ater pela primeira vez e receberam fomento. Chama a atenção para a questão do tempo que não é visto, o tempo dos cuidados, do trabalho doméstico, em contraposição ao tempo voltado para produção, e o desafio de incluir nas chamadas públicas

esta diversidade de modos de produção agroecológica que acontecem nos territórios.

Avaliou que foi importante conhecer os projetos dos TED, entendendo que a modalidade foi uma escolha política para garantir o fortalecimento da organização social e das ações coletivas. Vê a necessidade, entretanto, de lembrar que o orçamento está em boa parte nas mãos do congresso nacional, o que tem reforçado e colaborado para o desmonte de ações coletivas e políticas públicas, desarticulando mobilização e colocando as organizações e instituições do campo agroecológico na disputa por estes recursos, ao mesmo tempo que as criminalizações também aumentam.

Considerando os debates do dia anterior, identifica que ainda existem cercas imaginárias delimitando a extensão rural em lógica produtivista, separando quem produz e quem recebe conhecimento. E afirma: “Como bem dito ontem, precisamos falar de: uma extensão rural para além dos quadros extensionistas e de uma educação do campo para além das escolas.”. Traz também a importância de falar de ações políticas e produção coletiva de conhecimento, para construção coletiva de bases materiais de manutenção da vida das pessoas nos territórios.

Identifica o papel de universidades e institutos federais na visibilidade à agroecologia e aos modos de vida no campo e como forma de pautar as mudanças climáticas na agenda política, diante do negacionismo que presenciamos.

No item sobre as instituições formadoras, sugere incluir também a definição do que é e quem são as instituições paraestatais; e em que condições elas atuam nesta formação.

Afirma que, é possível chegar ao debate da relação campo-cidade e à agricultura urbana, ampliando a visão da extensão rural por meio dos movimentos sociais agroecológicos e das organizações da sociedade. “...coloquemos o termo: aliança campo e cidade em prática, sem cercas, com diversidade e pluralidade, e pautando que esta diversidade deve estar representada nas políticas públicas.”

Lembra mais uma vez a importância de que as metodologias sistematizadas pelo movimento agroecológico sejam colocadas como práticas de Ater, reconhecendo a contribuição histórica das mudanças que vemos hoje, e cita como exemplo o programa dos quintais produtivos, e as chamadas Ater Mulheres e Ater pelo bem viver.

Reafirma a organização do movimento agroecológico e a importância de debater o engessamento das estruturas públicas e administrativas, os repasses de recursos, como por exemplo, os contratos e as chamadas públicas. Ao falar em desigualdade, lembra que: “Ainda não conseguimos colocar a diversidade de produção agroecológica, das mulheres, dos povos tradicionais e indígenas de maneira eficiente e fluida nos programas e políticas públicas que nós mesmos construímos. Devemos falar sobre desigualdades no mesmo folego que falamos sobre o combate da pobreza, que tem relação com o econômico, mas que não é só isso.”

Reforça ainda que: “A diversidade e os modos de vida nos territórios nos ensinam como devem ser as políticas públicas, como a economia global não responde às necessidades imediatas das pessoas, neste marco referencial devemos enfatizar os princípios desta proposta de formação, em princípios agroecológicos, de economia solidária, da economia feminista, na construção dos conhecimentos e pautar os saberes, com as relações que são produzidas nas comunidades, nas unidades de produção, nas relações entre as pessoas e das pessoas com a natureza.”

Concluiu sua fala afirmando: “E faço aqui uma provocação, de que devemos radicalizar, no mesmo radicalismo que falamos que o feminismo é a ideia radical que as mulheres são gente: projetos e ações que não consideram os modos de vida, são projetos racistas e colonialistas. São projetos que ainda estão promovendo desigualdades. Projetos, programas e políticas que não mencionam ações afirmativas, essas que garantem a participação das mulheres, da juventude, das pessoas que estão na base da opressão dos territórios, são políticas ausentes de participação social. Se não há participação social, não há projeto de sociedade, não há projeto popular.”

Isabel Silva – representante da Anater

Inicia reforçando outras falas, sobre importância deste documento inicial para que possamos discutir e construir coletivamente a partir dele, mesmo sabendo que nenhum documento vai dar conta da complexidade do território nacional com toda sua diversidade. Observa que o *locus* de formação da Anater é menor: a formação de extensionistas que estão nas chamadas públicas de Ater. Em 2024, capacitaram em torno de 1200 extensionistas dos diversos programas, e 450 em 2025. Neste ano são mais chamadas e devem chegar a 1800. São profissionais que estão chegando aos territórios a partir de chamadas do governo federal. Lembra que só na Ater pública são 20 mil e que não sabemos quantos são no Brasil. Ressalta o papel de extensionistas que realmente participam e colaboram para a transformação da vida das pessoas.

Afirma que é preciso radicalizar no documento a questão de gênero, bem como raça e etnia e trouxe como exemplo os 50% de mulheres exigido nas equipes técnicas nas chamadas públicas da Anater.

Entende que Anater e Embrapa devem estar como ofertantes no documento, e que faltam outros sujeitos no documento, mas sem citar nenhum.

Outro ponto assinalado, é a separação extensão universitária e extensão rural e falar sobre a relação entre elas. Acentua a importância da extensão universitária, com destinação de recursos, trazendo diversas áreas do conhecimento para a extensão rural, como saúde, psicologia e ciências ambientais, por exemplo, já que as sociais e humanas já estão. A Fiocruz pode ser parceira, já está discutindo Agroecologia e Saúde. Neste sentido, traz as questões de conflitos, como: violência, tráfico, mineração ilegal, que extensionistas não vão resolver, mas precisam de amparo. Sinaliza as vulnerabilidades encontradas nos territórios com relação à situação da mulher, que são as mais atingidas pelas situações de violência nos territórios.

Sobre a questão indígena, lembra do Encontro Nacional de Agroecologia Indígena, promovido pela ANA, onde foi possível identificar demandas muito diversas, concluindo que a Ater indígena não é homogênea. Mas, como tratá-la? Sugere ouvir os conselhos indígenas para saber sua perspectiva para o perfil de extensionistas. Há muitos jovens indígenas já formados no contexto

das políticas públicas afirmativas, há discussão acumulada, e sugere ver o documento produzido no citado encontro. Falou sobre a Câmara Técnica da Agricultura Indígena, criada no Mapa, e sugeriu ver o que estão discutindo.
Sugere que o marco seja dividido em princípios, diretrizes, participação de mulheres e juventudes mais clara e radical.

CONTRIBUIÇÕES DA PLENÁRIA:

Flaviane – Sobre a questão do extensionista como mediador de políticas públicas (colocada pelo Prof. Alisson): não se trata de simples mediação de políticas públicas, mas de mediação social. O que queremos é dar um salto do agente técnico de políticas públicas para um agente de transformação, ou seja, uma pessoa conectada com o que está acontecendo. Na literatura, a mediação social traz a relação de poder que todo extensionista tem. No difusionismo há também o intelectual orgânico, levando um ponto de vista, um modelo ideológico, é um marco de formação. Precisamos colocar esta discussão, pois ainda está faltando isso neste documento.
Referindo-se à fala de Mariana,s obre a questão da denominação de profissionais – extensionista e agente de Ater – Flaviane considera que é muito difícil separar. Se entendermos extensionistas como mediadores sociais, envolvendo relação de poder, não é possível isolar do contexto (assistência técnica pura). É um campo ideológico, de disputa. Nem mesmo um agente técnico pode estar de fora desta questão. Espera que a universidade entre em nova fase, formando para a realidade.

FALA FINAL DA MESA:

Mariana – Ressaltou a importância da fala dos extensionistas trazendo suas realidades. Retomando a questão da nomenclatura de profissionais, observa que as entidades associadas da Asbraer são compostas por extensionistas, mas há entidades que fazem inserções mais pontuais, mais técnicas, projetos curtos, com temáticas específicas. Insiste em que existe esta diferença.

Marinês – Se colocou à disposição para seguir com o debate na construção do marco e trazer uma Ater que atenda às demandas dos povos do campo, das florestas e das águas.

Isabel – Também se colocou à disposição para a construção coletiva.

Nunes – Observou que os desafios não param e se renovam, por exemplo, com o debate na AUP, com novos contextos e atores, cada tempo com seus desafios. Pensar que a prática da Ater precisa de formação que deve ser inicial e continuada, sistemática e garantida pelo Estado e por isso seguimos nessa construção coletiva e educativa.

Sheyla – Também afirmou que continuarão nesta missão de construção coletiva, pois há ainda etapas onde podem somar.

Marenilson – Fechando a atividade, sugeriu que a carta de Santa Maria seja incluída no relatório do evento. Informa que esta discussão terá continuidade no Comitê Permanente de Ater, do Condraf. Sugere ainda, que na ementa da disciplina de extensão rural haja um item sobre gestão de instituições de Ater. “Estamos construindo narrativa, estamos no caminho”, e assinala que a caminhada é muito importante, e sobretudo com quem se caminha.

Mesa: Monitoramento da PNATER e das Ações/Projetos em curso

Coordenação: Bruno Magnum Pereira Dater/SAF/MDA

O Monitoramento sob o olhar da Secretaria Executiva/MDA

Apresentação: Patrícia Ravalet - Coordenadora Geral de Gestão e Planejamento Estratégico/Secretaria Executiva/MDA

Trouxe alguns questionamentos:

Quais foram os avanços no tema de monitoramento, desde o segundo encontro de formação?

Qual a quantidade de pessoas formadas pelas ações realizadas?

O que seria um monitoramento estratégico?

Quais contribuições sobre a Formação continuada?

Qual é o potencial de transformação que esses agentes estão tendo?
Como que é possível medir essa soma de capacidade e de competências que eles vão acumulando e somando ao longo da sua vida?
Onde estão os núcleos de especialistas não só acadêmicos, mas também da prática, da lida com a agricultura familiar?
Sugeriu que o programa de formação, como um banco de especialistas e de competências, possa servir também para aprimorar a rede de formadores e multiplicadores.
Complementou os questionamentos com as seguintes questões:
Sobre a efetividade nos processos formativos, será que a formação que foi trabalhada com o(a) agente de Ater, o(a) extensionista, impactou a maneira como o(a) extensionista lida com a Agricultura Familiar, com o agricultor ou com a agricultora?
Essas inovações geraram impactos de fato, na vida da Agricultura Familiar, no Bem Viver, na sua renda, no acesso a Políticas Públicas?
Será que a formação tem alguma implicação neste impacto que possa ser visibilizado?
Como construir indicadores comuns para avançar no diálogo?
Quais indicadores comuns que poderiam qualificar as entregas e quais são os mais relevantes?
Como que as ações de Extensão foram promotoras de participação em cidadania?
Relatou que é necessário trazer o componente do monitoramento como estratégia para aprimoramento da própria Política de Ater, e que o monitoramento estratégico deve ser ferramenta de gestão, para aprimoramento da Política e dos resultados no campo, e fiinalizou sugerindo acrescentar um tópico no Marco de Referência sobre monitoramento e avaliação.

Avaliação da Pnater no olhar MGI/IPEA

Apresentação: Marcel Machado **-** Técnico de Planejamento e Pesquisa/Cmap/Ipea

Iniciou sua fala esclarecendo que Cmap é o conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, ligado ao Ministério de Planejamento e Orçamento, onde 8 políticas públicas são escolhidas para passar por processo de avaliação. Esclareceu que a avaliação funciona a partir de ciclos anuais, avaliando 4 políticas de gasto direto e 4 de gasto indireto, sendo que uma destas políticas de gasto direto selecionada foi a Pnater, a partir de critérios objetivos dos programas que estão presentes no PPA.

Informou que a avaliação tem um formato executivo, o que significa que há uma avaliação no formato mais panorâmico, ou seja, se debruça sobre 9 dimensões: destruição, diagnóstico problema, desenho, implementação, governança, execução orçamentária, resultados de impactos, insights de economicidade e eficiência. Que este é um tipo de avaliação que não se aprofunda em nenhuma dessas 9 dimensões, mas faz uma avaliação de forma panorâmica em todos esses âmbitos da política.

Informou ainda que todas essas dimensões, contabilizadas no relatório do Cmap vão produzir aprimoramento das políticas públicas, no caso a Pnater e que no final do processo pode haver indicação de se fazer alguma avaliação mais profunda, sobre algum aspecto da política, como a questão de execução orçamentária, resultados ou impactos.

O objetivo da avaliação panorâmica é gerar evidências robustas para que a tomada de decisão seja feita a partir de um conjunto de evidências científicas. Este processo de avaliação acontece em diálogo com o MDA através de uma série de oficinas com gestores(as), para levantar informações, gargalos, problemas, potencialidades, para que se possa avaliar o conjunto de informações iniciais. Foi definido, a partir do diálogo com o Dater/MDA que o escopo de avaliação da Pnater deste ano seria o serviço executado pela Anater.

Destacou que o processo de avaliação do Cmap de 2024 iniciou-se em novembro, e entre dezembro e janeiro/2025 realizaram-se 5 oficinas com os gestores do MDA. O período se encerra em setembro de 2025, quando haverá a publicização da avaliação da Pnater. O relatório vai ser enviado para o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Política Pública em julho, os dados

já estão sendo analisados, más não é possível divulgar resultados preliminares.

Informou que foram utilizadas diferentes metodologias para levantamento as informações necessárias:

- Oficinas com gestores(as);
- Coleta e análise de entrevistas;
- Questionário estruturado com organizações que prestam serviço de ATER, a partir da contratação via ANATER;
- Análise de dados do SGA.

Trouxe ainda algumas das perguntas que foram levantadas (inclusive a partir das oficinas com gestores):

- Qual é o modelo lógico da Pnater?
- Como se dá a participação social na implementação e avaliação dessa política?
- Como esses indicadores evoluíram?

“Todas essas dimensões precisam trazer propostas de aprimoramento na política. Essas propostas precisam obviamente estar conectados com os achados de avaliação”.
“Precisamos apresentar proposta de aprimoramento da política. Essas propostas vão passar pelo conselho e sendo aprovadas estarão na versão oficial do relatório e, por sua vez, vão ser monitoradas”.

Apresentação dos resultados parciais dos projetos e a proposta de monitoramento das ações de Formação Dater/SAF/MDA

Apresentação: Regilane Fernandes - Coordenadora-geral de Formação, Construção do Conhecimento e Fomento Dater/SAF/MDA

Informou que o campo do monitoramento tem que estar dentro de uma estratégia maior chamada comunicação com a sociedade, comunicação com os órgãos de controle, comunicação com gestores da política, comunicação

com a sociedade civil e com as institucionalidades, que estão dentro da política de desenvolvimento agrário e Agricultura Familiar.

Defendeu a necessidade de se organizar os argumentos para dialogar com a sociedade na defesa de um projeto, do que é a Ater, do que é o desenvolvimento rural para a Agricultura Familiar, e como esta se comporta com apoio de uma política pública.

Também trouxe alguns questionamentos importantes:

Qual é a contribuição específica de cada um dos projetos apoiados pelo MDA?

Qual é a contribuição específica da Embrapa na linha do desenvolvimento de pesquisa, mas também da formação, reposicionando as plataformas EAD, dentro da construção do conhecimento agroecológico?

Qual a contribuição específica das universidades e institutos federais?

Com incidência na formação de novos profissionais, qualificação dos profissionais extensionistas e assessores técnicos que já estão no mercado de trabalho, e com incidência na formação dos agentes de Ater.

Como conseguir extrair dados do SGA da Anater? Dados que digam por que é preciso a Anater.

Destacou ainda que é necessária uma narrativa que organize e posicione na disputa de modelo de desenvolvimento de sociedade e que este passa pelo monitoramento, e a participação e controle social na Pnater, inclusive na construção do Marco de Referência.

“Não existe Política Pública sem participação e controle social”.

Informou ainda que o Condraf solicitou um balanço dos primeiros 2 anos da gestão do Dater/SAF/MDA e que este sistematizou estas informações numa revista com os resultados preliminares.

Destacou ainda que no vídeo apresentado foram identificados 25 projetos dos 41 que o Dater/SAF/MDA tem no campo da construção do conhecimento agroecológico.

Perguntou à plenária, como poderiam comunicar estes dados dos projetos ao MDA. Quantos agentes extensionistas foram formados?

Ressaltou que o Dater/SAF/MDA recebeu apenas 23 relatórios dos 41 projetos executados com apoio do MDA.
Relembrou que existem dois grandes campos de resultado: um é o acesso a Ater e outro é a Formação de Agentes de Ater, e que estes dados precisam constar nos relatórios, ainda que as Superintendências designaram fiscais para acompanhar os projetos, e que a alta gestão do ministério, o Condraf, os órgãos de controle e o Portal de Transparência estão interessados nestes dados.
Informou que no conjunto de monitoramento, como referência foi utilizada a metodologia Smart, que os indicadores devem ser realmente mensuráveis, e os eixos da formação é que vão dizer quais são as metas e ações.

Quanto aos indicadores quantitativos, destacou as seguintes questões: qual a quantidade de atividades formativas realizadas, de cursos EAD, de extensionistas, de agricultores familiares alcançados, de tecnologias de base agroecológica desenvolvidas, de municípios atingidos, de territórios e de unidades pedagógicas implantadas (quando for o caso), e a quantidade de materiais de referência sistematizados (vídeos, cartilhas, livros, etc)?
Quanto ao campo de indicadores de impacto, qual o percentual de ampliação das práticas agroecológicas? Qual o percentual de acesso a outras políticas públicas? E qual percentual de famílias que ampliaram suas rendas?
Quanto aos indicadores de processo, qual o tempo de execução? Quantas prorrogações foram pedidas no convênio?
E por fim, quanto ao coeficiente de erro, quais a relação das atividades previstas ou ajustes e coeficiente de cumprimento? E como foi o planejamento e a execução?

CONTRIBUIÇÕES DA PLENÁRIA:

Direção do Dater/SAF/MDA

Destacou que nas publicações com as atividades dos projetos é importante que apareça referência ao MDA, e que é necessário reformular alguns indicadores, incluindo variáveis a partir da Segurança Alimentar.

Servidora da Anater

Destacou que há muita reclamação das entidades, mas que a sociedade civil exige que a Anater tenha indicadores para dizer que a política pública foi efetiva. Falou também da necessidade de aprofundamento do diálogo para entendimento da importância do monitoramento e de um espaço de diálogo entre as entidades contratadas, as organizações sociais e os movimentos sociais.

Professor do IFAM

Questionou qual o conceito de Extensionistas e Agentes de Ater formados. O número de formandos revela a importância deste indicador?

ENCERRAMENTO

Encerramento do encontro com o canto dos povos indígenas Yanomami das etnias Ye'kwana e Sanöma.